

APDR

Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Regional

Relatório de Gestão e Contas 2010

Resumo

A actividade da APDR apresentou no período 2010 uma evolução de resultado líquido contabilístico EUR 5.406,11 para um lucro líquido obtido EUR 50.318,15, que se deve ao incremento aos subsídios das prestações de serviços que totalizaram EUR 48.875,80 apesar do pequeno aumento dos gastos para EUR 86.323,08.

1. Demonstração de Resultados

A análise dos documentos contabilísticos em anexo permite concluir que o exercício económico 2010 foi mais próspero comparando com o ano 2009, conforme se pode verificar pelo aumento do lucro líquido obtido em EUR 44.912,04.

Proveitos

O volume de negócios foi EUR 52.871,71, onde as vendas relativas à comercialização dos livros da colecção APDR e RPER geraram uma receita de EUR 4.004,91, o que representou um acréscimo de 278,70% relativamente ao exercício 2009, no entanto as prestações de serviços atingiram EUR 48.875,80, o que representou um acréscimo de 9,80% comparativamente com o exercício 2009. Este facto resultou do peso significativo das inscrições no 16º congresso APDR de 2010 e da acessória técnica ao Instituto Financeiro e Desenvolvimento Regional e 5.º, 6.º, 7.º e 8.º workshop da APDR.

A rubrica de Subsídios à Exploração representou um montante EUR 83.769,52, que é relativo ao reconhecimento dos apoios concedidos pelas seguintes entidades:

- Direcção Regional Ciência, Tecnologia e Comunicações – EUR 19.550,00;
- Instituto Financeiro Desenvolvimento Regional – EUR 55.000,00;
- Direcção Regional das Comunidades – EUR 500,00;
- Direcção Regional Fundos Estruturas – EUR 5.719,52;

- Fundação Lusa-Americana – EUR 2.000,00;
- Sociedade Desenvolvimento Madeira – EUR 1.000,00.

Por sua vez em 2010 não houve ganhos extraordinários.

Os rendimentos totalizaram EUR 136.650,23, que em comparação a 2009 foram EUR 76.999,37, houve um aumento significativo que resultou de um incremento significativo dos subsídios e acessória técnica.

Gastos

Do lado dos gastos, os fornecimentos e serviços externos aumentaram de EUR 46.334,06 em 2009 para EUR 86.223,08 em 2010, essencialmente devido aos maiores custos relativos à organização do congresso em Cabo Verde, tais como rendas e alugueres, deslocações e estadas, e despesas de representação.

Nos gastos relativos aos fornecimentos e serviços externos, no exercício 2010 continuou a proceder-se ao tratamento contabilístico dos custos associados à impressão da RPER, em função do objectivo comercial. A RPER é distribuída aos associados que apresentam as suas quotas em dia, aos assinantes que efectuaram o pagamento da assinatura anual, mas também pode ser vendida a qualquer interessado, sem possuir carácter de assinatura.

Os custos com o pessoal ascenderam a EUR 20.653,36 sofreram um ligeiro decréscimo em relação ao exercício 2009. Neste ano, continuou a laborar a colaboradora Elisabete Martins para dar apoio e preparação aos futuros workshops e 16º Congresso.

Os gastos operacionais EUR 2.327,50 incluem as quotizações à ERSA e John Wiley & Sons, Ltd.

A rubrica de depreciações do activo fixo tangível não teve alterações significativas relativamente ao ano anterior.

As perdas financeiras foram quase nulas.

O total dos gastos de 2010 foi EUR 86.323,08, tendo-se verificado um aumento EUR 10.479,82 em relação a 2009.

2. Balanço

Activo

Conforme discriminado no Balanço, no final de 2010, a APDR apresenta um activo EUR 94.399,44, que representou um ligeiro aumento relativamente ao ano anterior.

- Activo Fixo: Esta rubrica sofreu uma pequena diminuição, uma vez que foram feitas menos aquisições de equipamentos este ano. O activo fixo encontra-se valorizado a preços de aquisição ou produção, incluindo gastos adicionais de compra. As depreciações estão em conformidade com as tabelas em vigor.
- Inventários: Esta rubrica correspondeu a 5,47% do total do activo. Inclui as diversas publicações, actas, revistas e CDs. Na coluna do activo o stock representa EUR 5.159,64, reflectindo o registo ao preço de custo, logo valorizadas aos preços de aquisição ou produção, incluindo gastos adicionais de compras.
- Clientes: Estes EUR 52.238,62 apresentam uma natureza de curto prazo e resultam essencialmente do reconhecimento de parte dos serviços prestados de acessória técnica ao Instituto Financeiro e de Desenvolvimento Regional.
- Depósitos bancários: Estes apresentam um aumento EUR 11.338,11 comparativamente com o exercício anterior. A APDR teve uma tesouraria equilibrada de modo a honrar os seus compromissos perante terceiros.
- Acréscimos e diferimentos: Estes mantiveram-se nulos tal como no ano transacto.

Capital Próprio

O capital próprio é EUR 52.340,51, praticamente mantendo-se relativamente ao ano anterior, tendo como resultado líquido positivo EUR 50.318,15 no exercício de 2010.

Passivo

O passivo representa o total EUR 5.211,80, estando repartidos da seguinte forma:

- EUR 34,20 de uma factura de fornecedor;
- EUR 836,00 representando apenas pelas retenções de trabalho dependente e contribuições à segurança social de Dezembro.
- A provisão evidenciada em outras contas a pagar, refere-se aos encargos com férias e subsídio de férias a pagar em 2010 que mantêm-se.

3. Actividades da APDR, em 2010

Realizou-se os seguintes eventos:

- **5.º Workshop da APDR | 8 de Fevereiro de 2011 - CASOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL**
Coimbra – Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra
http://www.apdr.pt/evento_5
- **6.º Workshop da APDR | 30 de Abril de 2010 - MODELOS OPERACIONAIS DE ECONOMIA REGIONAL**
Angra do Heroísmo - Universidade dos Açores
http://www.apdr.pt/evento_6
- **Curso Avançado de Modelos Operacionais de Economia Regional**
1 a 5 de Maio de 2010, Angra do heroísmo
Universidade dos Açores
- **16.º Congresso da APDR - REGIÕES DE CHARNEIRA, CANAIS DE FRONTEIRA E NÓS**
Universidade da Madeira, Funchal
Colégio dos Jesuítas, 5 a 10 de Julho de 2010
<http://www.apdr.pt/congresso/2010>
- **7.º Workshop da APDR | 17 de Novembro de 201 - FRONTEIRAS E DESENVOLVIMENTO REGIONAL**
Elvas - Escola Superior Agrária de Elvas
- **XXXVI Reunión de Estudios Regionales | 18 a 19 de Novembro de 2010 - THE FUTURE OF THE COHESION POLICY**
Badajoz - Universidad de Extremadura
http://www.apdr.pt/evento_7
- **8.º Workshop da APDR | 16 de Dezembro de 2010 - MOBILIDADE ELÉCTRICA**
Angra do Heroísmo – Universidade dos Açores
http://www.apdr.pt/evento_8

Foram publicados os números 21 (2.º Quadrimestre de 2009), 22 (3.º Quadrimestre de 2009), 23 (1.º Quadrimestre de 2010) e 24 (2.º Quadrimestre de 2010) da Revista Portuguesa de Estudos Regionais.

Foram também publicados os livros:

- Em Janeiro de 2010, *Compêndio de Economia Regional - Volume I: teoria, temáticas e políticas*, Coordenação de José Silva Costa e Peter Nijkamp
- Em Setembro de 2010, *Desafios Emergentes para o Desenvolvimento Regional*, Coordenação de Tomaz Ponce Dentinho e José Manuel Viegas

Angra do Heroísmo, 22 de Julho de 2011.

O presidente,

Tomaz Lopes Cavalheiro Ponce Dentinho

**Anexo às Demonstrações
Financeiras 2010**

1. Identificação da entidade

A Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Regional (APDR) é uma associação sem fins lucrativos com sede na Universidade dos Açores, Gab. Prof. Tomaz Dentinho, Pico da Urze, 9700-202 São Pedro. O seu principal centro de actividades foi exercido na antiga sede na Terra-Chã. A sua principal atividade é a criação de eventos relacionados com o Desenvolvimento Regional. A associação é dirigida por uma direção, não sendo participada por qualquer entidade mãe ou filha.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras anexas estão em conformidade com todas normas que integram o sistema de normalização contabilística (SNC). Devem entender-se como fazendo parte daquelas normas as bases para a apresentação de demonstrações financeiras, os modelos de demonstrações financeiras, o código de contas e as normas contabilísticas e de relato financeiro – Pequenas Entidades (NCRF-PE).

Sempre que o SNC ou o regime de normalização contabilística para as PE não responda a aspectos particulares de transacções ou situações são aplicadas supletivamente e pela ordem indicada, as 28 NCRF, as Normas Internacionais de Contabilidade, adoptadas ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho; e as Normas Internacionais de Contabilidade (IAS) e Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e respectivas interpretações SIC-IFRIC.

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adoptados a 31 de Dezembro de 2010 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2009.

Adopção pela primeira vez das Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro para as pequenas entidades (“NCRF-PE”)

A APDR adoptou as NCRF-PE pela primeira vez em 2010, aplicando, para o efeito, o ponto 5 da NCRF-PE Adopção pela Primeira Vez da NCRF-PE.

A NCRF-PE foi aplicada prospectivamente.

Os mapas de demonstração financeira, balanço e demonstração de resultados em 31 de Dezembro de 2010, preparadas de acordo com o SNC e em conformidade com as NCRF-PE, detalham-se como se segue:

3.Principais políticas contabilísticas, estimativas e julgamentos relevantes

Activos fixos tangíveis

Os activos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha recta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas corresponde a:

- Material e software informático;
- Mobiliário.

Activos intangíveis

A associação não tem activos intangíveis.

Participações financeiras

A associação também não tem participações financeiras.

Custos de empréstimos obtidos

Os custos com empréstimos obtidos são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados do exercício de acordo com o pressuposto do acréscimo.

Provisões

A provisão com remunerações a pagar só seria reconhecida quando, e somente quando, a entidade tenha uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado e seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. Foram contabilizadas provisões na data da demonstração da posição financeira e ajustada de modo a reflectir a melhor estimativa das férias e subsídio de férias a essa data da única funcionária.

Instrumentos financeiros

i) Clientes

As vendas são realizadas em condições normais de crédito, e os correspondentes saldos de clientes não incluem juros debitados ao cliente. Quando o crédito apresenta um prazo superior ao das condições normais de crédito, as contas de clientes são mensuradas ao custo.

No final de cada período de relato são analisadas as contas de clientes de forma a avaliar se existe alguma evidência objectiva de que não são recuperáveis. Se assim for é de imediato reconhecida a respectiva perda por imparidade. As perdas por imparidade são registadas em sequência de eventos ocorridos que indiquem, objectivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Para tal, a entidade tem em consideração informação que demonstre que o cliente está em incumprimento das suas responsabilidades, bem como informação histórica dos saldos vencidos e não recebidos.

iii) Fornecedores e outras dívidas a terceiros

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros foram registadas pelo seu valor nominal. Felizmente a APDR conseguiu honrar todos os seus compromissos dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

Imposto sobre o rendimento

O gasto relativo a “Imposto sobre o rendimento do período” representa o imposto corrente.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis da entidade de acordo com as regras fiscais em vigor. Neste período económico o imposto foi bastante elevado uma vez que a conseguiu mobilizar um grande volume de negócios e movimentos financeiros.

Rédito

O rédito da venda dos activos biológicos apenas é reconhecido quando i) são transferidos para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens, ii) não seja mantido um envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse ou o controlo efectivo dos bens vendidos, iii) a quantia do rédito pode ser fiavelmente mensurada, iv) seja provável que os benefícios económicos associados com as transacções fluam para a empresa e (v) os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transacção possam ser fiavelmente mensurados.

As restantes receitas e despesas são registadas de acordo com o pressuposto do acréscimo pelo que são reconhecidas à medida que são geradas independentemente do momento em que são recebidas ou pagas.

As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas nas rubricas de “Diferimentos” ou “Outras contas a pagar ou a receber”.

Julgamentos e estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras, a entidade adoptou certos pressupostos e estimativas que afectam os activos e passivos, rendimentos e gastos relatados. Todas as estimativas e assumpções efectuadas pela direcção foram efectuadas com base no seu melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transacções em curso.

As estimativas contabilísticas mais significativas reflectidas nas demonstrações financeiras incluem: i) vida útil do activo fixo tangível; e ii) conta a pagar.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não

foram consideradas nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas na demonstração de resultados de forma prospectiva.

4. Activo fixo tangível

A APDR é detentora da propriedade de activos fixos tangíveis, nomeadamente com peso mais significativo o material informático, que ascende a EUR 8.377,93 a maior parte dele já quase totalmente depreciado EUR 7.992,38.

5. Inventários

Por enquanto a associação tem inventários ou stocks porque ainda não conseguiu vender algumas publicações que editou no valor EUR 5.159,64.

6. Clientes

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 a rubrica Clientes apresentava as seguintes maturidades:

- < 90 dias – EUR 488,62;
- 90 a 180 dias – EUR 51.750,00. Este valor mais elevado deve-se a verba do Instituto Financeiro Desenvolvimento Regional.

7. Capital e reserva legal

O Código das Sociedades Comerciais estabelece que, pelo menos, 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da entidade, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

8. Impostos

Os impostos sobre o rendimento reconhecidos na demonstração dos resultados do exercício findo em 31 de Dezembro de 2010 foram EUR 7.787,47 devido ao grande resultado líquido positivo EUR 50.318,15.

9. Provisões

A associação teve necessidade de manter as provisões com remunerações a liquidar EUR 4.341,60.

10. Financiamentos obtidos

A associação não teve necessidade de recorrer à banca para obter empréstimos financeiros nem para a poio de tesouraria.

A entidade não tem contratos de locação financeira.

11. Estado e outros entes públicos

Em 31 de Dezembro de 2010 a rubrica *Estado e outros entes públicos* apresentava saldo de retenções a pagar de:

- Trabalho dependente EUR 99,00;
- Trabalho independente EUR 357,00;
- IVA a recuperar EUR 2.012,32;
- Contribuições a pagar à Segurança Social EUR 379,20.

12. Acontecimentos após a data do Balanço

Até 31 de Março de 2011 foi aprovado um projecto de investimento, que possibilita o início da laboração já para o corrente ano.

13. Rédito

A associação teve os seguintes subsídios atribuídos em 2010:

- Direcção Regional Ciência, Tecnologia e Comunicações – EUR 19.550,00;
- Instituto Financeiro Desenvolvimento Regional – EUR 55.000,00;
- Direcção Regional das Comunidades – EUR 500,00;
- Direcção Regional Fundos Estruturas – EUR 5.719,52;
- Fundação Lusa-Americana – EUR 2.000,00;
- Sociedade Desenvolvimento Madeira – EUR 1.000,00.

14. Fornecimentos e serviços externos

62	FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	62.162,13
622	SERVIÇOS ESPECIALIZADOS	29.614,47
6221	TRABALHOS ESPECIALIZADOS	27.786,44
6222	PUBLICIDADE E PROPAGANDA	1.824,33
62225	TRANSPORTE DE MERCADORIAS	79,16
6223	VIGILANCIA E SEGURANÇA	2,70
6226	CONSERVAÇÃO E REPARAÇÃO	1,00
623	MATERIAIS	815,27
6232	LIVROS E DOCUMENTAÇÃO TECNICA	231,33
6233	MATERIAL DE ESCRITORIO	349,02
6234	ARTIGOS P/ OFERTA	234,92
624	ENERGIA E FLUIDOS	30,01
6242	COMBUSTIVEIS	30,01
625	DESLOCAÇÕES, ESTADAS E TRANSPORTES	16.490,94
6251	DESLOCAÇÕES E ESTADAS	16.433,29
6252	TRANSPORTES DE PESSOAL	28,40
6253	TRANSPORTES DE MERCADORIAS	29,25
626	SERVIÇOS DIVERSOS	15.211,44
6261	RENDAS E ALUGUERES	3.715,89
6262	COMUNICAÇÃO	2.350,44
6266	DESPESAS DE REPRESENTAÇÃO	8.903,37
62669	Despesas Representação – N/d	8.903,37
6267	LIMPEZA HIGIENE E CONFORTO	241,74
TOTAL		62.162,13

15. Gastos com o pessoal

Os gastos com pessoal englobam, nomeadamente, formação e ajudas de custo, que ascendem a EUR 20.653,36.

O número médio de empregados da entidade a 31 de Dezembro de 2010 foi uma funcionária remunerada.

16. Juros e gastos similares suportados

A APDR não teve encargos financeiros significativos com empréstimos obtidos.

17. Data de autorização para emissão

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de Dezembro de 2010 foram aprovadas pela direcção e autorizadas para emissão em 16 de Junho de 2011.

TOC 82165, NIF 219995419

Ricardo Borba

APDR - Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Regional

Cálculo do Resultado Fiscal Natureza Comercial - 2010

Conta	Sujeitos a Imposto	Comuns	Isentos - nº3 49 IRC	
71-Vendas Mercadorias	3.995,91			
721-Quotas e Jóia			8.480,00	
724-Congressos	39.576,50			
723-Despesas Envio	36,64			
725-Outras Prestações de Serviços	782,66			
75-Subsídios	83.769,52			
77-Reversões Ajustamentos	0,00			
79-Proveitos Extraordinários	0,00			
Proveitos	128.161,23	0,00	8.480,00	136.641,23

61-CMVMC				
6242-Combustíveis	30,01			
6232-Livros e documentação técnica	231,33			
6233-Material de Escritório		349,02		
62218-Artigos para oferta		234,92		
6234-Rendas e Alugueres		3.715,89		
6253-Transporte de Mercadorias		79,16		
6223-Vigilância e Segurança	2,70			
6226-Conservação e reparação	1,00			
6266-Despesas Representação	8.903,37			
6262-Comunicação		2.350,44		
6251-Deslocações e Estadas	16.433,29			
6252-Transportes de pessoal		28,40		
6222-Publicidade e Propaganda		1.824,33		
6267-Limpeza, Higiene e Conforto	241,74			
6223-Vigilância e Segurança	2,70			
62236-Trabalhos Especializados	6.225,07	19.772,34	1.736,42	
Total FSE	32.071,21	28.354,50	1.736,42	62.162,13
681-Impostos	537,50			
63-Custos com Pessoal		20.653,36		
64-Amortizações Exercício		748,28		
6883-Quotizações		1.790,00		
69-Gastos de Financiamento	28,85			
Custos	32.637,56	51.546,14	0,00	84.183,70

Resultado Comercial	95.523,67
Acrescer	0,00
A deduzir	0,00
Resultado Fiscal IES	95.523,67
Custos Comuns	48.347,17
Matéria Colectável Mod.22 IES	47.176,50

Angra do Heroísmo, 26 de Maio de 2011

TOC 82165 NIF 219995419

Ricardo Borba

Ricardo Manuel de Meneses Borba

Balanço (SNC PE)

441 APDR
9700-202 AGH
501644180

Anual

RUBRICAS	DATAS	
	2010	2009
ACTIVO		
Activo não corrente		
Activos fixos tangíveis	385,55	1.134,01
Activo corrente		
Inventários	5.159,64	3.419,67
Clientes	52.238,62	11.439,61
Estado e outros entes públicos	2.012,32	8.687,63
Caixa e depósitos bancários	34.603,31	23.265,20
Total do activo ...	94.399,44	47.946,12
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO		
Capital próprio		
Capital realizado	52.340,51	46.191,23
Prestações suplementares e outros instrumentos de capital próprio		
Resultados transitados	(13.471,02)	(13.471,02)
Resultado líquido do período	50.318,15	5.406,11
Total do capital próprio...	89.187,64	38.126,32
Passivo		
Passivo não corrente		
Passivo corrente		
Fornecedores	34,20	
Estado e outros entes públicos	836,00	478,20
Outras contas a pagar	4.341,60	
Diferimentos		9.341,60
Total do passivo...	5.211,80	9.819,80
Total do capital próprio e do passivo ...	94.399,44	47.946,12

O Técnico Oficial de Contas 82165
219995419

Ricardo Barba

O Representante Legal
149259646

h P 211

x

Demonstração Resultados (SNC PE)

441 APDR
9700-202 AGH
501644180

RUBRICAS	PERIODOS	
	2010	2009
Vendas e serviços prestados	52.871,71	69.780,02
Subsídios à exploração	83.769,52	10.289,01
Variação nos inventários da produção		
Trabalhos para a própria entidade		
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	402,78	481,83
Fornecimentos e serviços externos	62.162,13	46.334,06
Gastos com o pessoal	20.653,36	22.834,38
Imparidade de inventários (perdas/reversões)		
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		
Provisões (aumentos/reduções)		
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		
Aumentos/reduções de justo valor		
Outros rendimentos e ganhos		1.180,34
Outros gastos e perdas	2.327,50	5.399,71
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	51.095,46	6.199,39
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	748,46	748,28
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	50.347,00	5.451,11
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros e gastos similares suportados	28,85	45,00
Resultado antes de impostos	50.318,15	5.406,11
Imposto sobre o rendimento do período		
Resultado líquido do período	50.318,15	5.406,11

O Técnico Oficial de Contas 82165
219995419

Ricardo Barba

O Representante Legal
149 259 646

h P 211

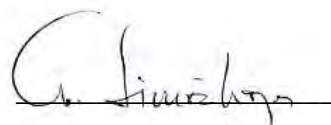
APDR

PARECER DO CONSELHO FISCAL (Relativo ao exercício de 2010)

Procedeu o Conselho Fiscal à análise do Relatório de Contas da APDR relativo a 2010. As Contas estão organizadas formalmente de modo a não suscitarem reservas quanto à aprovação. O Relatório que as acompanha é suficientemente claro. Tudo razões que levam os membros do Conselho Fiscal a propor à Assembleia Geral:

- que aprove o Relatório de Contas apresentado
- que formule um voto de louvor à Direcção pelas actividades e resultados alcançados

3 de Julho de 2011



António Simões Lopes

Presidente do Conselho Fiscal